

**Nome:** André Luiz Braga da Silva

**E-mail:** andrebragart@yahoo.com.br

**Instituição:** USP

**Orientador:** Prof. Dr. Roberto Bolzani Filho

A PENA QUE O TRIBUNAL PEDE PARA O RÉU É... O RISO: SÓCRATES E O BEM (*REPÚBLICA*  
VI 506D-E)

**Resumo:**

Em não curto período da Antiguidade, a enorme fama e respeito associados à obra de Platão caminhou, vigorosa e surpreendentemente, lado a lado com uma dúvida que, aos nossos olhos modernos, possivelmente obstaria a força desta admiração: o que exatamente seria a tal “filosofia platônica”? (ANNAS, 1990). É notável, inclusive, que na própria Academia, nas décadas que se seguiram à morte de seu fundador (ocorrida em IV a.C.), nunca se chegou a um consenso do que seria esta “filosofia”, esta “doutrina” que o mestre veiculou em seus diálogos (GONZALEZ, 1995). O *status quo* de “dúvida” do problema se arrastou a ponto de, apenas sete décadas e meia após a morte de Platão, Arcesilau – que, tudo indica, ainda possuía os manuscritos do *corpus* (Diog. Laer. IV, 32-33) – assume a direção da Academia e defende que não há nas obras do mestre nenhuma afirmação positiva de uma doutrina “dele”, Platão. E a discussão não foi encerrada no âmbito da instituição: pouco mais de dois séculos depois, ainda era possível ver alguém da envergadura de Cícero não hesitar em afirmar que, nos “livros” de Platão, *nihil adfirmatur et in utramque partem multa dissenruntur, de omnibus quaeritur, nihil certi dicitur* (“nada é afirmado, muitos argumentos são apresentados em ambos os lados da questão, e tudo é investigado, sem nenhuma certeza ser dita”, *Academica*, I. 46). Ainda que não unânime, esta opinião foi compartilhada por muitos outros ainda.

Qual não seria então a surpresa desses antigos se estivessem vivos hoje em dia e, abrindo qualquer manual de filosofia antiga, lessem nele que a Ideia de Bem é certamente o fundamento de todo o pensamento ético, epistemológico, metafísico e cosmológico platônico. Ora, o que poderia ter modificado tão radicalmente a leitura da obra do filósofo grego, desde a Antiguidade que lhe foi contemporânea, até os nossos dias? Certamente, muitos fatores contribuíram, inclusive posições dentro da própria Academia (como a de Espeusipo), mas Tigerstedt (1974) identifica que a virada decisiva dessa leitura ocorreu na Antiguidade tardia, com a doutrina que restaria conhecida depois como “Neoplatonismo” (século II d.C. em diante). Esta corrente de talentosos pensadores – distante, portanto, seis séculos de Platão –, lançou novas interpretações de certos trechos específicos de alguns

diálogos (neles incluídos os três símiles dos livros centrais da *República*: Sol, Linha Dividida e Caverna). E, através disto, eles ajudaram a cunhar como certeza a fundamentação de todo o pensamento do autor dos diálogos na Ideia de Bem. E tal concepção, ainda que tenha adquirido as mais variadas nuances através dos dezoito séculos posteriores, foi inegavelmente legada à posteridade.

Sobre a interpretação do platonismo, um novo questionamento eclode então na atualidade, adquirindo mais força a partir do final do último século (PRESS, 1993; GONZALEZ, 1995; etc): ele diz respeito às mudanças que uma leitura atenta dos elementos “dramáticos” dos diálogos pode eventualmente imprimir sobre algumas das certezas que a história da filosofia ocidental sempre teve em relação ao conteúdo das obras do filósofo. Este questionamento, obviamente, pode ser aplicado tanto especificamente a algum diálogo ou trecho de diálogo, quanto a um grupo de diálogos, ou mesmo, em termos mais gerais, ao todo do *corpus*. O presente artigo debruçar-se-á sobre tal questão em termos específicos, concentrando sua atenção sobre certas nuances dramáticas presentes no texto do livro VI da *República*. Tendo em mente a diferença traçada acima entre uma das mais marcantes leituras da Antiguidade (a do Platão “não-dogmático”), e a leitura posterior de influência neoplatônica (a da doutrina da Ideia de Bem como “pedra fundamental” de todo o platonismo), nosso *leit motiv* será: o que pode significar, para a compreensão do papel do Bem no pensamento do fundador da Academia, conceder importância a toda a atmosfera de insegurança e tergiversação do personagem Sócrates no texto da “introdução” que precede a narrativa dos três símiles na *República* (504e4-507a6). Nessa passagem, aparecem alguns elementos que parecem importantes – posto que adicionados ao texto pelo próprio Platão – para direcionar a querela entre as duas mencionadas leituras do problema:

a) os personagens Glauco e Adimanto exigem de Sócrates um discurso ontológico e argumentativamente fundamentado sobre o Bem (504e4-6; 506b2-4).

b) O filósofo diz que a Ideia do Bem é um assunto sobre o qual não possui genuíno conhecimento, mas apenas opiniões (505a5-6; 506c2-3), e diz que expor opiniões sem conhecimento é uma completa vergonha (506c6-7);

c) Sócrates diz que, apesar de seu entusiasmo pelo assunto, ele não será capaz de realizar a tarefa argumentativa exigida, mas sim coisas vergonhosas, devido às quais ele será “condenado” a sofrer gargalhadas dos companheiros (506d7-8);

d) ratificando sua posição, o filósofo acrescenta ainda que, a partir de suas opiniões e do impulso do momento da discussão, não será alcançado o que é a Ideia de Bem, pois ela está bem para além de suas opiniões, e propõe deixar de lado a exigência dos dois irmãos (506d8-e3);

e) como alternativa, ele propõe apresentar imageticamente a sua caracterização dessa Ideia (506e3-5);

f) nessa proposta, Sócrates deixa claro duas coisas: por um lado, sua “dívida”, i.e, a explanação argumentativa do que o Bem é, não será “paga” ali; por outro, a própria narrativa imagética, oferecida como alternativa ao “pagamento”, poderá ser um discurso “fraudulento” e “enganoso” (507a1-5);

Não pode se perder de vista que, se avançássemos na discussão da *República*, veríamos que esse receio que Sócrates manifestou, na “introdução” aos símiles, de ser “punido” com gargalhadas, acaso se arriscasse a expor as suas opiniões sobre o assunto, cumprir-se-á integralmente: a exposição do símile do Sol (508b12-509b10) é finalizada com uma explosão de risos do personagem Glauco, que justifica essa sua reação acusando a exposição socrática de ter cometido um forte “exagero” (*hyperbolé*, 509c1-2). E é notável, ainda, que o filósofo ateniense, que já havia previsto a aplicação desta “condenação” (o verbo *ophliskáno*, com uma falta ou crime em genitivo, 506d7-8, é típico da linguagem dos tribunais para as “condenações”), não procurará arguir em sua própria defesa nesse caso, como o mesmo personagem fará, anos depois, no seu julgamento diante do tribunal de Atenas (*Apologia de Sócrates*). Haveria alguma aceitação da parte de Sócrates de que, no que tange à sua exposição sobre o Bem na *República*, a sua “condenação” ao ridículo é justa? O personagem não só não apresenta uma “defesa”, como também não argumenta que as coisas expostas não seriam risíveis; ele apenas acusa o seu companheiro de ser o responsável por a exposição ter acontecido: “Pois o culpado és tu [...], [Glauco], obrigando-me a dizer minhas opiniões sobre isso [sc. o Bem] (*sy gàr [...]* *aítios, anankázon tà emoi dokoûnta perì autoû légein*, 509c3-4).

Concentrando então a atenção nesses elementos dramáticos do texto da “introdução” aos símiles (*República* VI 504e4-507a6), nosso artigo pretende sugerir uma interpretação da narrativa sobre o Bem divergente daquela que foi milernamente aceita. No limite da oportunidade, procederemos, nesse ínterim, à avaliação das opiniões de alguns estudiosos da passagem (ADAM, 1902; CORNFORD, 1967; SANTAS, 1983; ANNAS, 1997; BALTES, 1997; DIXSAUT, 2000; GUTIERREZ, 2003; SZLEZÁK, 2003; VEGETTI, 2003; TRABATTONI, 2003; FERRARI, 2003; SHIELDS, 2011).

**Palavras-chave:** Platão; República; Bem; Sol; Sócrates.